

Governador Valadares, 26 de agosto de 2026.

Ao Banco Central do Brasil

Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro - DESIG

REF.: DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026

Prezados Senhores

Em atendimento ao requerido na Resolução BCB nº 2 de 2020, e demais normas vinculadas a empresa Opção Administradora de Consórcio Ltda., inscrita sob o nº 20.919.916/0001-57 vem por meio desta disponibilizar as seguintes informações:

- I. Balanço Patrimonial;
- II. Demonstração do Resultado;
- III. Demonstração do Resultado Abrangente;
- IV. Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- IV. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- V. Demonstração das Variações nas Disponibilidades de Grupos;
- VI. Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcios.

Elas seguem acompanhadas de suas respectivas notas explicativas, bem como do relatório da auditoria independente

Informamos que estes mesmos documentos foram devidamente disponibilizados, para acesso público, no site da Administradora.

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Como responsáveis pelo conteúdo destes documentos, declaramos que estes representam cópia fiel das demonstrações financeiras auditadas e disponibilizadas no site eletrônico desta instituição.

Sem mais.

iciatti mq@irmaoscampos.com.br

D4Sign
Assinado
José Luis Ciatti

José Luis Ciatti
Contador
CRC MG 053.259/OI-1
CPF 620.688.496/15

huao@consorcioagarantia.com.br

D4Sign
Assinado
Hugo LEONARDO SILVEIRA SOARES

Opção Administradora de Consórcio

Opção Administradora de Consórcio Ltda

**Relatório do Auditor Independente
Demonstrações contábeis em
30 de junho de 2026**

RC/SP057/2026

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2026

ÍNDICE DOS ASSUNTOS TRATADOS

- I. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 4**
- II. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS DO PERÍODO 9**
- III. BALANÇO PATRIMONIAL 10**
- IV. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 11**
- V. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE 12**
- VI. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 13**
- VII. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 14**
- VIII. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO 15**
- IX. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS 16**
- X. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E DE 2025 17**



IRMÃOS CAMPOS & CERBONCINI
AUDITORES ASSOCIADOS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs.

Sócios da

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

Governador Valadares – MG

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.** (Administradora), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio (Grupos) e a demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo em 30 de junho de 2026, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA** em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 30 de junho de 2026 e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião com Ressalva

A Administradora não reconheceu as receitas de taxa de administração de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, em razão de não haver ainda no mercado um software adequado para apurar essas receitas quando satisfeita a obrigação de desempenho. Nossa opinião sobre as



IRMÃOS CAMPOS & CERBONCINI
AUDITORES ASSOCIADOS

demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conteve a mesma ressalva.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Somos independentes em relação a Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis de 30 de junho de 2025, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, cujo relatório dos auditores independentes, emitido em 19 de agosto de 2025, continha a ressalva acima mencionada quanto a não adoção do CPC 47.

Outras Informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração e principais fatos administrativos do período.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração, bem como o relatório dos principais fatos administrativos do período e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o relatório dos principais fatos administrativos do período e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluimos que há distorção relevante no relatório da



IRMÃOS CAMPOS & CERBONCINI
AUDITORES ASSOCIADOS

administração e o relatório dos principais fatos administrativos do período, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



IRMÃOS CAMPOS & CERBONCINI
AUDITORES ASSOCIADOS

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;



IRMÃOS CAMPOS & CERBONCINI
AUDITORES ASSOCIADOS

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2026.

IRMÃOS CAMPOS & CERBONCINI
AUDITORES ASSOCIADOS
CRC 2 SP 013.900/O-8

FABIO
CERBONCINI:22260994849

Assinado de forma digital por
FABIO CERBONCINI:22260994849
Dados: 2026.08.27 17:33:44 -03'00'

Fábio Cerboncini
Sócio Contador
CRC 1 SP 079.347/O-3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS DO PERÍODO

Aos

Cotistas, consorciados, funcionários e parceiros

A geração de caixa operacional, apurada pelos créditos recebidos em conta bancária deduzidas as despesas e antes das retiradas, apresentou reversão de sinal em relação ao primeiro semestre de 2025, passando de negativa para positiva. Não obstante, após as retiradas dos sócios, o caixa do semestre encerrou negativo. O Plano registra de forma expressa que as retiradas superaram a geração operacional do período e que a matéria requer acompanhamento da Diretoria. A Administração destaca este ponto como fato relevante e como item de atenção declarado, e não como constatação superveniente.

As despesas da Administradora cresceram em relação ao mesmo período do exercício anterior, porém em ritmo inferior ao crescimento da receita, o que resultou em ampliação da margem operacional mesmo em cenário de retração do volume comercializado. A Diretoria consigna a manutenção da disciplina de despesas como um dos pilares da continuidade operacional para os próximos semestres.

Diante do diagnóstico de retração do volume comercializado, a Diretoria deliberou, no último trimestre do semestre de referência, pela expansão da capacidade comercial da Administradora como estratégia de retomada de vendas. As medidas aprovadas são:

- Duplicação da equipe comercial em Governador Valadares, mediante contratação de novos vendedores de consórcios para posições de e-commerce e de atendimento interno.
- Estruturação de nova frente comercial em Belo Horizonte, com instalação em escritório de coworking e equipe própria dedicada.

As medidas configuram expansão geográfica e ampliação do quadro comercial, com efeitos econômicos e operacionais esperados para os semestres subsequentes. A Administração observa que a estratégia mantém a orientação, já adotada no ciclo anterior, de priorizar a estrutura interna de vendas.

Com a ampliação da capacidade comercial, a manutenção da disciplina de despesas e o acompanhamento próximo das retiradas frente à geração de caixa, a Diretoria projeta a retomada gradual do volume de vendas e a consolidação de resultado de caixa operacional consistentemente positivo nos próximos semestres. A Administração não identificou, no período, eventos que comprometam a continuidade operacional da Administradora, tampouco alterações relevantes em sua estrutura societária, em sua Diretoria ou em seu objeto social.

A ADMINISTRAÇÃO.

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA
BALANÇO PATRIMONIAL
ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025
 (Em milhares de Reais)

ATIVO

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>NOTAS</u>	<u>2026</u>	<u>2025</u>		<u>NOTAS</u>	<u>2026</u>	<u>2025</u>
ATIVO CIRCULANTE		472	273	PASSIVO CIRCULANTE		290	332
Instrumentos financeiros	5	82	234	Fornecedores		112	123
Impostos a compensar	11	24	-	Obrigações Trabalhistas	9	89	69
Adiantamentos		59	32	Encargos Sociais	10	26	25
Outros créditos	6	307	7	Impostos e contribuições a recolher	12	51	67
				Impostos e contribuições sobre o lucro	11	-	37
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.411	1.219	Outros débitos		12	11
Outros créditos	6	984	783				
Permanente				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	1.593	1.160
Investimentos	7	400	400	Capital Social		1.900	1.900
Imobilizado	8	27	36	Prejuízos Acumulados		(307)	(740)
TOTAL DO ATIVO		1.883	1.492	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.883	1.492

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE
EM 30 DE JUNHO DE 2026 E DE 2025
(Em milhares de Reais)

	NOTA	2026	2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2	-
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2	-
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Receitas de prestação de serviços	16	2.878	2.322
Despesas com pessoal	17	(396)	(352)
Despesas Administrativas	18	(1.665)	(1.635)
Despesas Tributárias	19	(283)	(226)
Outras Despesas Tributárias		(7)	(7)
Despesas com Depreciação e Amortização		(7)	(5)
Outras Receitas Operacionais		37	15
		557	112
RESULTADO OPERACIONAL		559	112
RESULTADO NÃO OPERACIONAL			
Receitas não Operacionais		-	-
		-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		559	112
IMPOSTOS SOBRE O LUCRO			
Provisão para Imposto de Renda	11	(92)	-
Provisão para Contribuição Social	11	(35)	-
		(127)	-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		432	112
LUCRO POR QUOTA DE CAPITAL (Em Reais)		0,23	0,06

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EM 30 DE JUNHO DE 2026 E DE 2025**

(Em milhares de Reais)

	2026	2025
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	559	112
Outros resultados abrangentes	-	-
Relacionados ao resultado abrangente	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	559	112

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 30 DE JUNHO DE 2026 E DE 2025
 (Em milhares de Reais)

	CAPITAL SOCIAL	LUCROS ACUMULADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	1.900	(1.367)	-	533
Lucro do período		122	122	244
Transferência de saldos			(122)	
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025	1.900	(1.245)	-	655
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	1.900	(740)	-	1.160
Lucro do período		559	563	1.122
Transferencia de saldos			(563)	(563)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026	1.900	(180)	-	1.720

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EM 30 DE JUNHO DE 2026 E DE 2025**

(Em milhares de Reais)

	2026	2025
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Período	559	112
Valores que não afetaram o Caixa:		
Depreciação e amortização	7	5
Resultado na baixa do ativo imobilizado	3	-
Caixa antes das mutações do Capital de Giro	569	117
Aumento (Redação) dos Ativos Circulantes		
Taxa de Administração a Receber e Outros	-	4
Impostos a compensar	(151)	37
Outros Créditos	(528)	420
Outros Valores e Bens	-	(101)
Aumento (Redação) dos Passivos Circulantes		
Fornecedores	(10)	(157)
Obrigações trabalhistas	20	3
Impostos e Contribuições sociais	1	(8)
Impostos e Contribuições a recolher	(53)	8
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(152)	323
Atividades de Investimento		
Aquisições do ativo imobilizado	-	10
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-	10
Atividades de Financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	-	(333)
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	-	(333)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA LÍQUIDO	(152)	-
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTE	(152)	-
Disponibilidades no início do período	234	-
Disponibilidades no final do período	82	-

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO

EM 30 DE JUNHO DE 2026 E DE 2025
(Em milhares de Reais)

	Notas	2026	2025		Notas	2026	2025
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE		19.699	19.611	CIRCULANTE		19.699	19.611
Disponibilidades		5.732	5.456	Obrigações com consorciados	4.6		
Depósitos bancários		-	2	Recebimentos não identificados		11	12
Aplicações financeiras	4.1	1.261	959	Contribuições de consorciados não contemplados		10.839	10.656
Aplicações vinculadas a contemplações	4.1	4.471	4.494	Valores a repassar	4.7	249	338
				Obrigações contemplações a entregar	4.8	4.471	4.494
Direitos junto a consorciados contemplados		13.967	14.156	Recursos a devolver a consorciados	4.9	2.228	2.649
Normais		13.497	13.684	Recursos do Grupo	4.10	1.901	1.463
Em atraso		240	146				
Em cobrança judicial		230	325				
COMPENSAÇÃO	4.11	112.522	97.004	COMPENSAÇÃO	4.11	112.522	97.004
Previsão mensal recursos a receber	4.4	1.370	1.236	Recursos mensais a receber		1.370	1.236
Contribuições devidas ao grupo		57.369	49.855	Obrigações do grupo por contribuição		57.369	49.855
Valor dos bens ou serviços a contemplar	4.5	53.783	45.913	Créditos a disposição consorciado		53.783	45.913
TOTAL DO ATIVO		132.221	116.615	TOTAL DO PASSIVO		132.221	116.615

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS
EM 30 DE JUNHO DE 2026 E DE 2025
 (Em milhares de Reais)

	2026	2025
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	5.851	6.264
Depósitos bancários	1	676
Aplicações financeiras	945	621
Aplicações vinculadas a contemplações	4.905	4.967
RECURSOS COLETADOS	15.803	13.776
Contribuições Aquisição de bens	12.286	10.719
Taxa Administração	2.851	2.277
Contribuições Fundo de Reserva	182	172
Rend. Aplicações Financeira	299	303
Multas e juros moratórios	67	63
Prêmios de seguros	115	171
Custas judiciais	3	14
Outros	-	57
RECURSOS UTILIZADOS	(15.922)	(14.584)
Aquisição de bens	(12.371)	(11.414)
Taxa de Administração	(2.851)	(2.308)
Multas e Juros Moratórios	(32)	(32)
Prêmios de Seguros	(115)	(171)
Custas Judiciais	(8)	(26)
Consortados Desligados - Pagamentos	(545)	(460)
Outros	-	(174)
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO	5.732	5.456
Depósitos bancários	-	2
Aplicações financeiras	1.261	959
Aplicações vinculadas a contemplações	4.471	4.494

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**OPÇÃO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE
JUNHO DE 2026 E DE 2025**

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A administradora tem por objetivo a constituição, organização e administração, na forma da legislação em vigor, de grupos de consórcio constituídos com a finalidade de propiciar a cada um dos consorciados, mediante um fundo comum, a aquisição de bens móveis, imóveis e serviços.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de Conformidade (com Relação às Práticas Contábeis Adotadas no Brasil)

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas na Resolução BACEN nº 02, Lei nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações introduzidas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09 para a contabilização das operações associadas às normas e Instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), específicas para as empresas administradoras de consórcios, estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Foram publicadas normas e interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade. Essas normas e interpretações precisam ser aprovadas pelo BACEN para que sejam aplicáveis a Administradora. A Administração aguardará as deliberações do Conselho Monetário Nacional e do BACEN sobre essas normas e interpretações para ajustar as demonstrações contábeis dentro do que for aplicável. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Administradora, quando aplicável, com exceção a Resolução BCB nº 120 no item 2b: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 (R2) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC, CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes

Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, CPC 41 – Resultado por ação, CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, CPC 48 – Instrumentos financeiros.

Os procedimentos adotados pela Administradora estão sujeitos à validação por parte do seu órgão regulador, o Banco Central do Brasil.

Em 10 de outubro de 2025 foi aprovado o CPC 51 -Apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis, em correlação com o IFRS 19 emitido pelo IASB, revogando o CPC 26(R), que introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos. A vigência deste Pronunciamento será estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar este Pronunciamento para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027.

A elaboração das demonstrações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às administradoras de consórcios, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem os ativos fiscais diferidos, as antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social, provisão para as demandas cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As operações dos grupos de consórcio são controladas individualmente por grupo. A posição patrimonial e financeira desses grupos e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 25 de agosto de 2026.

2.2. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e a moeda funcional da Administradora é o Real.

2.3. Novas Normas e Resoluções Vigentes

Resolução Conjunta nº 19, de 23 de abril de 2026, que altera a Resolução Conjunta nº 14, de 3 de novembro de 2025, a qual dispõe sobre a metodologia de apuração do limite mínimo de capital social integralizado e de patrimônio líquido das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Medida Provisória nº 1.355, de 4 de maio de 2026, que institui o Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro das Famílias – Novo Desenrola Brasil, dispõe sobre a transferência de recursos ao Fundo de Garantia de Operações, e altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, a Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, a Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

As políticas contábeis adotadas pela administradora são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se relacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A receita com taxa de administração é reconhecida mensalmente em função dos recebimentos das contribuições pagas pelos grupos formados, e a despesa de comissão sobre venda de cotas de consórcio, cujo pagamento se dá em parcela única, é reconhecida quando da inclusão dos consorciados nos grupos.

3.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações financeiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias, apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela opção para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.3. Instrumentos Financeiros

Títulos e valores mobiliários O Bacen, por meio da Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, estabeleceu os critérios de avaliação e classificação contábil de títulos e valores mobiliários, introduzindo o conceito de marcação pelo valor de mercado e de classificação de acordo com a intenção da administração em operar com determinado título para registro contábil. De acordo com esses critérios, os títulos e valores mobiliários são classificados e avaliados conforme abaixo:

- **Títulos para Negociação:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos Disponíveis para Venda:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários;

- **Títulos Mantidos Até o Vencimento:** nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais a Administradora tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular do BACEN nº 3.068/01. Os títulos da Administradora são classificados como disponíveis para venda e avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado. Os títulos e valores mobiliários estão registrados e divulgados pelo saldo líquido de resgate, em conformidade com os extratos bancários (Nota 5). A provisão dos impostos incidentes está registrada na rubrica "Impostos a Recuperar".

3.4. Ativos Circulante e Realizável a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro rata dia).

3.5. Despesas Antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência.

3.6. Investimentos

Os imóveis não de uso próprio são registrados em outros investimentos de caráter permanente.

3.7. Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da administradora.

Depreciado as taxas que levam em consideração a vida útil dos bens e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

3.8. Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia).

3.9. Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem aos impostos correntes. O imposto de renda está calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro está calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. Os valores apresentados no passivo circulante estão líquidos das antecipações efetuadas durante o exercício.

A provisão para impostos diferidos é calculada sobre a reserva de reavaliação às mesmas alíquotas dos impostos correntes.

3.10. Valores Pendentes de Recebimento Judicial

Referem-se a valores em cobrança judicial de grupos encerrados, reclassificados para conta de compensação conforme Resolução BCB nº 156 e Instrução Normativa BCB nº 208.

3.11. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, do Conselho Monetário Nacional, sendo: a) Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável são divulgados em nota explicativa; b) Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; c) Passivos contingentes: não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois

são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

3.12. Resultado Não Recorrente

São resultados de eventos não usuais relacionados com a atividade da administradora ou ainda, eventos para os quais não há expectativa de ocorrer em exercícios futuros. Para o semestre findo em 30 de junho de 2026, não foram identificados resultados não recorrentes.

3.13. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e a moeda funcional da administradora é o Real.

NOTA 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

4.1. Aplicações Financeiras

Representam os recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária em operações à ordem do Banco Central do Brasil, conforme determina a Circular 3.432/09. O rendimento dessas aplicações é incorporado diariamente ao fundo comum ou ao fundo de reserva de cada grupo e aos valores pendentes de entrega a consorciados contemplados, não incidindo sobre estes a taxa de administração. O saldo das aplicações financeiras inclui os rendimentos auferidos computados pró rata dia.

4.3. Direitos junto a Consorciados Contemplados – Normais

Representamos valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consorciados contemplados, da data da contemplação até o final do grupo, incluído os direitos em atraso e em cobrança judicial.

4.4. Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados

Registram, em forma de compensação, a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados ativos para o mês de janeiro de 2024. O montante foi calculado com base no preço do bem vigente no último dia do mês de dezembro de 2023.

4.5. Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras até o final do grupo, calculado com base no preço do bem vigente no período.

4.6. Obrigações com Consorciados

Registram-se os valores referentes a: a) grupos em formação - valores recebidos antes da constituição formal do grupo; b) recebimentos não identificados - valores recebidos cuja procedência ou destinação não foi identificada e c) contribuições de consorciados não contemplados - valores recebidos dos consorciados não contemplados para aquisição de bens ou serviços.

4.7. Valores a Repassar

Representam todos os valores recebidos e ainda não repassados à administradora ou a terceiros, tais como taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios, multas rescisórias, custas judiciais, despesas de registro de contratos e outras obrigações.

4.8. Obrigações por Contemplações a Entregar

Representam os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias.

4.9. Recursos a Devolver a Consorciados

Representam os recursos a devolver a consorciados ativos, por ocasião do rateio de encerramento do grupo, pelos excessos de amortização, ou ainda aos consorciados desistentes ou excluídos.

4.10. Recursos do Grupo

Representam os recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, formado pelos valores recebidos a título de fundo de reserva acrescido dos respectivos rendimentos financeiros.

4.11. Compensação

Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados: Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente. O montante é calculado com base no preço do bem vigente na data do balanço;

Contribuições Devidas ao Grupo e Suas Obrigações de Grupo por Contribuições: Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidos pelos consorciados ativos até o final do grupo.

NOTA 5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 30 de junho de 2026, as aplicações em Fundo de Investimento lastreadas a títulos públicos do Tesouro Nacional/ Banco Central, são remuneradas pela variação diária do Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Administradora, independentemente do ano de vencimento dos títulos, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante.

Em atendimento a Resolução BCB nº 156 de 19/10/2021, os saldos apresentados nas contas de Recursos Não Procurados, grupos encerrados posteriormente a Lei 11.795/2008, saldos de Recursos a Devolver a Consorciados – Credores Diversos e Recursos Pendentes de Cobrança Judicial e seus respectivos os saldos em contas bancárias e aplicações financeiras correspondentes, são classificados nas contas contábeis alocadas no Grupo de Compensação, R\$ 59 Mil, (em 30/06/2026) e R\$ 143 mil (em 31/12/2025).

	31/12/2026	31/12/2025
DEPÓSITOS BANCÁRIOS	82	234
	82	234

Aplicações Financeiras: As aplicações financeiras da administradora são compostas por fundos cujos títulos são mantidos até o vencimento, sem intenção de negociação, o objetivo de tais operações são exclusivamente para fluxo de caixa, e, como já citado, podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a administradora.

Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos: Em virtude da não adoção da Resolução BCB nº 120/2021 (objeto de ressalva no Relatório do auditor independente) por não haver ainda no mercado um software adequado para apurar essas receitas quando satisfeita a obrigação de desempenho, não é possível mensurar os impactos estimados da provisão para perdas, cabe ressaltar que atualmente a administradora escritura sua receita pelo regime de caixa, neste cenário os consorciados inadimplentes são ajuizados a depender do tempo e percentual de atraso, e em último caso há a apreensão do bem e tentativa de venda com a finalidade de abater o valor do saldo devedor. Nos casos em que há o encerramento do grupo com consorciados ajuizados, o montante é transferido para as contas de compensação da administradora e, a depender da relevância, a cobrança segue sendo realizada. Se, no momento de o encerramento haver necessidade, a administradora deve realizar aporte para cobrir possíveis prejuízos no grupo causado pela inadimplência.

NOTA 6. OUTROS CRÉDITOS

	30/06/2026	31/12/2025
CURTO PRAZO		
DEVEDORES POR DEPÓSITO EM GARANTIA	7	7
EMPRÉSTIMOS AOS SÓCIOS	300	-
	307	7
LONGO PRAZO		
EMPRÉSTIMOS AOS SÓCIOS	984	783
	984	783

NOTA 7. INVESTIMENTOS

	30/06/2026	31/12/2025
TERRENOS	194	194
EDIFICAÇÕES	206	206
	400	400

NOTA 8. IMOBILIZADO

	CUSTO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	30/06/2026 SALDO LÍQUIDO	31/12/2025 SALDO LÍQUIDO
COTAS DE CONSÓRCIO	5	-	5	9
MOBILIÁRIO	12	(7)	5	5
COMPUT. E PERI.	59	(43)	16	22
	78	(50)	26	36

CUSTO AQUISIÇÃO	1º SEMESTRE DE 2026			
	SALDOS EM 31/12/2025	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSF.
COTAS DE CONSÓRCIO	8	-	(3)	-
MOBILIÁRIO	12	-	-	-
COMPUT. E PERI.	59	-	-	-
	79	-	(3)	-
(-) DEPRECIACÕES	(43)	(7)	-	-
	(36)	(7)	(3)	-

NOTA 9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	30/06/2026	31/12/2025
SALÁRIOS A PAGAR	34	39
PRÓ-LABORE A PAGAR	6	-
PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS	32	30
PROVISÃO DE 13º SALÁRIO E ENCARGOS	17	-
	89	69

NOTA 10. ENCARGOS SOCIAIS

	30/06/2026	31/12/2025
INSS A PAGAR	17	15
FGTS A PAGAR	3	4
IRRF S/ FÉRIAS	6	6
	26	25

NOTA 11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÃO A RECOLHER

O imposto de renda é calculado com base no lucro real, à alíquota de 15%, mais o adicional de 10% sobre a parcela anual excedente a R\$ 20.000 mensais. A contribuição social é calculada à razão de 9% do lucro real. O valor da antecipação da contribuição social sobre o lucro líquido e Imposto de renda pessoa jurídica no final do 1º semestre de 2026 é R\$ 110 mil e R\$ 42 mil.

	1º SEMESTRE 2026	1º SEMESTRE 2025
IRPJ		
BASE CONTÁBIL	559	111
(+) ADIÇÕES	-	-
(-) EXCLUSÕES	(168)	(33)
(=) BASE PARA O IRPJ	392	78
(+) CALCULADO A 15%	59	11
(+) ADICIONAL DE 10%	33	2
(=) TOTAL DO IRPJ	92	13
(-) ANTECIPAÇÕES	(110)	(8)
(+) COMPOSIÇÃO DE SALDO NEGATIVO DO IR	(18)	5

	1º SEMESTRE 2026	1º SEMESTRE 2025
C.S.L.L		
BASE CONTÁBIL	559	111
(+) ADIÇÕES	-	-
(-) EXCLUSÕES	(168)	(33)
(=) BASE PARA O CSLL	392	78
(+) CALCULADO A 9%	35	7
(-) ANTECIPAÇÕES	(42)	(5)
(+) COMPOSIÇÃO DE SALDO NEGATIVO DO IR	(7)	2

NOTA 12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÃO A RECOLHER

	30/06/2026	31/12/2025
CURTO PRAZO		
Imposto sobre serviços	23	28
PIS	4	6
COFINS	20	26
IRRF S/ SERVIÇOS DE TERCEIROS	3	3
RETENÇÃO CONFORME LEI 10.833/03	1	4
	51	67

NOTA 13. RECURSOS NÃO PROCURADOS

Estão representados por recursos não procurados a distribuir relativos a fundo de reserva e a obrigação a pagar a consorciados desistentes de grupos encerrados anteriores a Lei 11.795/2008. Os recursos posteriores a mencionada Lei foram reclassificados para conta de compensação conforme Resolução BCB nº 156 e Instrução Normativa BCB nº 208.

Em atendimento à Medida Provisória nº 1.355, de 4 de maio de 2026, e às normas complementares expedidas pelo Ministério da Fazenda, especialmente a Portaria Normativa MF nº 1.243, de 5 de maio de 2026, com as alterações promovidas pelas Portarias MF nº 1.407, de 18 de maio de 2026, e nº 1.718, de 12 de junho de 2026, a Administradora realizou a apuração dos recursos enquadrados nos critérios legais para transferência ao Fundo Garantidor de Operações (FGO), observando também as orientações operacionais constantes do Edital FGO nº 1/2026.

NOTA 14. PROVISÕES

Passivos Contingentes Prováveis: As provisões para passivos contingentes são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os processos com risco de

perda provável em 30 de junho de 2026 montam o valor de R\$ 3 Mil (R\$ 4 Mil em 31 de dezembro de 2025).

Passivos Contingentes Possíveis: As perdas possíveis não são reconhecidas, pois sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da administração, baseados nas opiniões de seus consultores jurídicos. Os processos com risco de perda possíveis em 30 de junho de 2026, montam o valor de R\$ 130 mil (R\$ 100 mil em 31 de dezembro de 2025). As contingências consideradas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

NOTA 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social: O capital social é de R\$ 1.900.000,00 (Um Milhão) e está representado por 1.900.000,00 (Um Milhão) cotas no valor de R\$ 1,00 cada;

NOTA 16. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	1º Semestre 2026	1º Semestre 2025
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	2.878	2.322
	2.878	2.322

NOTA 17. DESPESAS COM PESSOAL

	1º Semestre 2026	1º Semestre 2025
PESSOAL – BENEFÍCIOS	80	64
PESSOAL – ENCARGOS	82	93
PESSOAL – PROVENTOS	232	194
PESSOAL – TREINAMENTOS	2	1
	396	352

NOTA 18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	1º Semestre 2026	1º Semestre 2025
ÁGUA E LUZ	24	30
ALUGUÉIS	78	67
COMUNICAÇÕES	14	15
HONORÁRIOS	55	98
PROCESSAMENTO DE DADOS	173	258
PROPAGANDA E PUBLICIDADE	72	9
SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIAL.	368	109
VIAGENS NO PAÍS	52	59
DESPESAS DE MATERIAL	9	5
DESPESAS SERVIÇOS SIST. FINAN.	36	136
DESPESAS DE SERVIÇOS DE TERC.	739	841
OUTRAS DESPESAS ADMINIS.	45	8
	1.665	1.635

NOTA 19. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	1º Semestre 2026	1º Semestre 2025
DESPESAS DE PIS	25	20
DESPESAS DE COFINS	115	91
DESPESAS DE ISS	143	115
	283	226

NOTA 20. OPERAÇÕES DO CONSÓRCIO

As operações de consórcio em 30 de junho de 2026 apresentam a seguinte posição:

DESCRIÇÃO	30/06/2026	31/12/2025
QUANTIDADE DE GRUPOS EM ANDAMENTO	12	12
QUANTIDADE DE CONSORCIADOS ATIVOS	3.843	3.440
QUANTIDADE DE BENS ENTREGUES NO EXERCÍCIO	463	287
QUANTIDADE DE BENS ENTREGUES, ACUMULADO	1.935	2.312
BENS PENDENTES DE ENTREGA ACIMA DE 30 DIAS	466	131
CONSORCIADOS DESISTENTES E EXCL. NO EXERCÍCIO	293	238
CONSORCIADOS DESISTENTES E EXCLUÍDOS, ACUMULADO	2.151	1.858
TAXA MÉDIA DE INADIMPLÊNCIA	5,59%	16,99%

Outras Informações

Os consorciados mantêm seguros de vida, junto às seguradoras, cujos valores dos prêmios pagos encontram-se contabilizados em Prêmios de Seguros Utilizados.

Gerenciamento de Riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

NOTA 21. LIMITE DE ALAVANCAGEM OPERACIONAL

Em atendimento a Resolução BCB Nº 234/2022, e a Instrução Normativa Nº 582/2025 a empresa cumpriu todos os limites de alavancagem determinados pela legislação.

	2026 1º Semestre	2025 1º Semestre
(=) PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.160	572
(+) RECEITAS OPERACIONAIS	2.917	2.338
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(2.357)	(2.225)
(=) PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO	1.720	645
(+) EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	289	212
(+) DISPONIBILIDADES	-	2
(+) APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.261	959
(=) COMPROMETIMENTO	1.550	1.173
PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO X 6	10.320	3.872
(=) LIMITE OPERACIONAL	10.320	3.872
SUFICIÊNCIA	8.770	2.699
MARGEM DE IMOBILIZAÇÃO	1.293	210

NOTA 22. REFORMA TRIBUTÁRIA

Em decorrência da promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023 e da evolução do processo de regulamentação da Reforma Tributária sobre o consumo, a Administradora vem acompanhando continuamente os desdobramentos relacionados à implementação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) cuja regulamentação ocorreu em 29 de abril de 2026. A direção está analisando os possíveis impactos operacionais que possam atingir a administradora.

NOTA 23. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Entendemos que a inteligência artificial generativa (genAI) se refere a um subconjunto do aprendizado profundo baseado em tecnologia probabilística, capaz de criar conteúdo — incluindo texto, imagens, áudio ou vídeo — a partir de comandos fornecidos por um usuário. Não implementamos tecnologias de genAI para uso em demonstrações financeiras ou no controle interno sobre demonstrações financeiras.

NOTA 24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não há eventos subsequentes até a data de publicação das demonstrações financeiras.

RC057 2026 - Opção - DFs e Notas Explicativas - VS 02 GS pdf

Código do documento bbc8e18a-d766-4645-9614-0bdd252709e3



Assinaturas



José Luis Ciatti
jciatti_mg@yahoo.com.br
Assinou como parte

José Luis Ciatti



HUGO LEONARDO SILVEIRA SOALHEIRO
hugo@consorciogarantia.com.br
Assinou

HUGO LEONARDO SILVEIRA SOALHEIRO

Eventos do documento

02 Sep 2026, 12:03:19

Documento bbc8e18a-d766-4645-9614-0bdd252709e3 **criado** por OPCA0 ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (122f8dfc-2435-4987-bc87-7777a68057bc). Email: juridico@consorciogarantia.com.br. - DATE_ATOM: 2026-09-02T12:03:19-03:00

02 Sep 2026, 12:04:52

Assinaturas **iniciadas** por OPCA0 ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (122f8dfc-2435-4987-bc87-7777a68057bc). Email: juridico@consorciogarantia.com.br. - DATE_ATOM: 2026-09-02T12:04:52-03:00

02 Sep 2026, 12:46:59

JOSÉ LUIS CIATTI **Assinou como parte** - Email: jciatti_mg@yahoo.com.br - IP: 187.84.249.166 (187-84-249-166.sempre.tec.br porta: 5032) - Documento de identificação informado: 620.688.496-15 - DATE_ATOM: 2026-09-02T12:46:59-03:00

02 Sep 2026, 15:52:52

HUGO LEONARDO SILVEIRA SOALHEIRO **Assinou** (f1b8cf11-8083-46ea-8d84-97548a99fbc) - Email: hugo@consorciogarantia.com.br - IP: 104.28.234.64 (104.28.234.64 porta: 52150) - [Geolocalização: -19.952293933821686 -43.92783472362325](#) - Documento de identificação informado: 069.195.716-92 - DATE_ATOM: 2026-09-02T15:52:52-03:00

Hash do documento original

(SHA256):fd5f9127f47366d28490e4af9b41b55845eb808a63155d587418591261f84fc6

(SHA512):93c074a1c9fdcc30eaa71bbd6cb18021a01fd838d0e12719a108736014d8d88ea05bd15f25274200393f5407f7235e482018f375b42ae2102b408e2c6f6d751

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.